



# Mais de 26 mil assinaturas

> Cresce apoio à petição da campanha contra os cortes na Educação e Ciência

SILVANA SÁ

silvana@adufjrj.org.br

**A** campanha Conhecimento Sem Cortes conseguiu ultrapassar a meta inicial de 20 mil assinaturas na petição que solicita recursos para a educação, ciência e tecnologia. Em apenas um mês, até o fechamento desta edição, já são mais de 26 mil adesões. O novo objetivo é conseguir 30 mil apoiadores. O documento será entregue entre setembro e outubro, na Câmara dos Deputados, e está disponível no site [www.conhecimentosencortes.org.br](http://www.conhecimentosencortes.org.br).

Rio de Janeiro e Minas Gerais lideraram as participações. Mas todos os estados brasileiros marcam presença. Além disso, a campanha conta com

adesões em outros 11 países. No cadastro do site, os campos de localização não são obrigatórios, o que levou muitas pessoas a não prestarem as informações de forma completa.

Carlos Frederico Rocha, vice-presidente da Adufrj — uma das entidades organizadoras do Conhecimento Sem Cortes —, comemora os números. Para ele, é uma demonstração de que a iniciativa foi amplamente abraçada. Em sua avaliação, o sucesso da empreitada se deu pela clareza do pleito. “Temas específicos de interesse geral são mais bem recebidos pela população do que pautas muito extensas. Tocamos no interesse direto das pessoas”, disse.

A parceria com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para o dirigente, foi fundamental para nacio-

nalizar a ação. “Com certeza, o apoio da SBPC e a nossa participação na reunião anual da sociedade deu mais visibilidade à campanha”, disse. A presidente da Adufrj, Tatiana Roque, compareceu ao evento, participou de debate sobre o tema e divulgou a campanha à imprensa. Outro fator que contribuiu para a crescente adesão, segundo Carlos Frederico, é o Tesourômetro. “É uma forma de a sociedade visualizar o que estamos dizendo. Os números são muito expressivos”, afirmou.

Dois tesourômetros foram instalados no país. O primeiro está na UFRJ, no campus Praia Vermelha. O segundo, na UFMG. O painel eletrônico contabiliza perdas em educação, ciência e tecnologia desde 2015. Até agora, já foram cortados mais de R\$ 11,5 bilhões das áreas.

# Prejuízo para a população

> **Analista político critica propostas do governo para reduzir custos com pessoal**

SILVANA SÁ

silvana@adufrrj.org.br

**D**esrespeito não só com os servidores, mas com os contribuintes e usuários dos serviços públicos. Foi assim que Antônio Augusto de Queiroz, analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), avaliou as recém-anunciadas medidas do Ministério do Planejamento para reduzir gastos com a folha do Poder Executivo federal.

O governo propõe um Plano de Desligamento Voluntário, licenças sem remuneração e redução de carga horária com redução de salários para o funcionalismo. Para Antônio Augusto, o impacto na sociedade é o pior possível: “Se a prestação de serviços e a execução das políticas públicas já estão prejudicadas pelo contingenciamento do gasto público e falta de servidores, a ideia de um PDV só vai agravar a situação”, disse. “O governo precisa contratar. Há

milhares de cargos vagos e a população está sendo prejudicada pela falta de profissionais para fazer o devido atendimento”, completou.

Ele não aconselha a adesão ao Plano, salvo em casos excepcionais. “Não recomendaria a ninguém aderir, a não ser que o servidor já tenha algo em vista, interessado em deixar o serviço público, e estivesse apenas esperando uma oportunidade”. Na avaliação de Antônio, é mais provável aderir ao plano quem tem facilidade para se inserir no mercado. “Com isso, perdem-se bons quadros da administração pública”.

José Cruz/Agência Brasil



Pacote de medidas anunciado pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, terá impacto negativo no país

Para ele, o “pacote” não passa de uma sinalização para o mercado de que o governo tem compromisso com o ajuste fiscal e com as metas estipuladas na Emenda Constitucional 95, do teto de gastos. “Na verdade, o que vai acontecer é que o serviço que deixar de ser prestado por redução de pessoal próprio será contratado pelo governo no mercado, via terceirização”.

## PERDA DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

A assessoria jurídica da Adufrj aguarda a publicação oficial das medidas para fazer uma análise detalhada, mas alerta que quem optar pelo PDV estará abrindo mão dos direitos previdenciários do regime próprio dos servidores.

O Ministério da Educação sequer apresentou um posicionamento sobre o assunto, que pode prejudicar ainda mais a situação da área. A assessoria de imprensa do MEC limitou-se a dizer que “não pode interferir em assuntos de outra pasta”.

## DEFINIDA A COMISSÃO PARA CONDUZIR ELEIÇÕES

ELEIÇÕES DA  
**AdUFRJ**

■ Em Assembleia da Adufrj realizada dia 24, na sala D220 do Centro de Tecnologia, foram escolhidos os nomes da comissão que vai conduzir as eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da entidade do biênio 2017-2019. O professor Flávio Martins, diretor da Faculdade Nacional de Direito, foi indicado pela diretoria para a presidência da comissão. Também serão representantes titulares: Bruno Souza (Física);

Maria Tereza Leopardi (Instituto de Economia); José Henrique Sanglard (Politécnica); e Luciano Coutinho (Biblioteconomia). Christine Ruta (Programa de Ciências Ambientais e Conservação – Macaé); João Torres (Física); Elaine Moreira e Cleusa Santos (ambas da Escola de Serviço Social) serão os suplentes. As eleições da Adufrj estão marcadas para 11 e 12 de setembro. O prazo de inscrição de chapas à diretoria é até 11 de agosto. Para o Conselho, até 1º de setembro.

Marco Fernandes/Arquivo Adufrj

